

Introdução

Hélio José dos Santos e Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUZA, HJS. *O problema da motivação moral em Kant* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 141 p. ISBN 978-85-7983-016-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

INTRODUÇÃO

A *Fundamentação da metafísica dos costumes* tem por finalidade encontrar o princípio supremo da moralidade que reside, segundo Kant, já no bom senso natural. A investigação procede, ao menos nas duas primeiras seções da *Fundamentação*, de modo analítico, e aponta a razão prática pura como o fundamento de uma boa vontade. Segundo Kant, somente a razão é suficientemente capaz de fornecer, totalmente *a priori*, o princípio incondicionado da moralidade válido para a vontade de todo ente racional.

Surge, porém, um problema: por que é que devemos nos submeter à lei moral? O que é capaz de motivar o homem a agir conforme o imperativo categórico e, portanto, moralmente? O presente trabalho pretende examinar, a partir dos apontamentos realizados por Kant, como pode o ente racional agir motivado pela lei, motivação esta necessária para que a moral se estabeleça.

Para tanto, pretende-se analisar os conceitos de boa vontade, dever, lei, imperativo, respeito, interesse e liberdade. Todos estes conceitos constituem a espinha dorsal da argumentação kantiana no texto da *Fundamentação*. O grande problema é que Kant nem sempre esclarece com

preciso cuidado o significado destes conceitos e a ligação sistemática em que ele os utiliza. Pretendemos tornar alguns pontos menos obscuros, pois sem compreender estes conceitos, conseqüentemente, a filosofia moral de Kant também permanecerá incompreendida.

Optamos pela divisão do trabalho em quatro capítulos. O primeiro capítulo analisa o conceito de boa vontade e pretende mostrar que sua formação depende de que a razão prática pura determine a vontade de modo totalmente *a priori*. Mas o homem, por sua vez, encontra uma enorme dificuldade em agir conforme as prescrições da razão em função da ambivalência de sua própria natureza, que é constituída também de sensibilidade. Por isso, na consciência de si, o homem se vê como um ente cindido entre duas partes heterogêneas, uma natureza sensível e outra racional, deixando, desse modo, a vontade diante de duas fontes distintas de determinação e, por assim dizer, em uma encruzilhada.

No segundo capítulo, traçaremos a distinção entre o princípio formal racional e o princípio material sensível para verificar se a razão prática pura é suficientemente capaz de determinar objetivamente a vontade de todo ente racional.

No terceiro, nossa investigação trata de perguntar pelo fundamento da escolha, ou seja, pelo motivo determinante da vontade, no sentido de procurar desvendar o que pode motivar o homem a agir moralmente em face das inclinações sensíveis. Este capítulo pretende, portanto, primeiramente explicar por que o homem carece de um motivo para agir moralmente, mesmo tendo o conhecimento de que somente uma vontade boa determinada pelo imperativo categórico é que pode promover boas ações, e apontar, em seguida, os possíveis elementos motivacionais do homem na escolha do princípio puro como fonte de determinação da vontade.

O quarto e último capítulo pretende mostrar que a lei moral interessa ao homem porque ela é um produto de sua razão, isto é, efeito de sua liberdade enquanto um ente do mundo inteligível.